



## **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E POSSIBILIDADES DE REAJUSTE LINEAR**

**Categoria: SINDSEMP**

**fevereiro de 2019**

*Este trabalho contém o estudo sobre o comprometimento da receita líquida corrente com as despesas com pessoal a partir da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) bem como a possibilidade de aumento nesses mesmos gastos dentro dos limites definidos na LRF. Os cálculos aqui apresentados foram feitos com base nas informações fornecidas por sua entidade.*



## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E POSSIBILIDADES DE REAJUSTE

### PARA O SINDSEMP

#### ENTE DE GOVERNO: MINISTÉRIO PÚBLICO

O último relatório de Gestão Fiscal publicado pela Administração demonstra que o Gasto de Pessoal e Encargos em relação a Receita Corrente Líquida está em 1,65%.

Trabalhando-se com o limite prudencial da lei de Responsabilidade Fiscal, é possível constatar que a Administração pode aumentar seus gastos com pessoal em até 15,36% no corrente ano, ou em R\$ 18.652.238, sem ferir a legislação.

A tabela abaixo demonstra os resultados obtidos segundo as informações disponíveis.

### Possibilidade de reajuste linear considerando os limites fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal

SINDSEMP - Ente: Ministério Público

| Ítem  | 2018                 |
|---|----------------------|
| Receita Corrente Líquida                            | 7.371.485.136,67     |
| Gasto com Pessoal                                   | 121.405.979,72       |
| % Comprometido                                      | 1,65%                |
| Limite Prudencial (95% Limite Máximo)               | 140.058.217,60       |
| Limite Máximo 2,0%                                  | 147.429.702,73       |
| <b>Reajuste Possível - Limite Prudencial</b>        | <b>15,36%</b>        |
| <b>Reajuste Possível - Limite Máximo</b>            | <b>21,44%</b>        |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Prudencial</b> | <b>18.652.237,88</b> |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Máximo</b>     | <b>26.023.723,01</b> |

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
Elaboração DIEESE

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E POSSIBILIDADES DE REAJUSTE

### PARA O SINDSEMP

#### ENTE DE GOVERNO: MINISTÉRIO PÚBLICO

O último relatório de Gestão Fiscal publicado pela Administração demonstra que o Gasto de Pessoal e Encargos em relação a Receita Corrente Líquida está em 1,66%.

Trabalhando-se com o limite prudencial da lei de Responsabilidade Fiscal, é possível constatar que a Administração pode aumentar seus gastos com pessoal em até 14,14% no corrente ano, ou em R\$ 16.803.545, sem ferir a legislação.

A tabela abaixo demonstra os resultados obtidos segundo as informações disponíveis.

### Possibilidade de reajuste linear considerando os limites fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal

SINDSEMP - Ente: Ministério Público

| Ítem  | 2018                 |
|---|----------------------|
| Receita Corrente Líquida                            | 7.138.904.404,14     |
| Gasto com Pessoal                                   | 118.835.638,56       |
| % Comprometido                                      | 1,66%                |
| Limite Prudencial (95% Limite Máximo)               | 135.639.183,68       |
| Limite Máximo 2,0%                                  | 142.778.088,08       |
| <b>Reajuste Possível - Limite Prudencial</b>        | <b>14,14%</b>        |
| <b>Reajuste Possível - Limite Máximo</b>            | <b>20,15%</b>        |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Prudencial</b> | <b>16.803.545,12</b> |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Máximo</b>     | <b>23.942.449,52</b> |

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2 Quadrimestre  
Elaboração DIEESE

# LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E POSSIBILIDADES DE REAJUSTE

## PARA O SINDSEMP

### ENTE DE GOVERNO: MINISTÉRIO PÚBLICO

O último relatório de Gestão Fiscal publicado pela Administração demonstra que o Gasto de Pessoal e Encargos em relação a Receita Corrente Líquida está em 1,67%.

Trabalhando-se com o limite prudencial da lei de Responsabilidade Fiscal, é possível constatar que a Administração pode aumentar seus gastos com pessoal em até 14,10% no corrente ano, ou em R\$ 16.407.966, sem ferir a legislação.

A tabela abaixo demonstra os resultados obtidos segundo as informações disponíveis.

### Possibilidade de reajuste linear considerando os limites fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal

SINDSEMP - Ente: Ministério Público

| Ítem  | 2018                 |
|---|----------------------|
| Receita Corrente Líquida                            | 6.989.231.059,41     |
| Gasto com Pessoal                                   | 116.387.423,68       |
| % Comprometido                                      | 1,67%                |
| Limite Prudencial (95% Limite Máximo)               | 132.795.390,13       |
| Limite Máximo 2,0%                                  | 139.784.621,19       |
| <b>Reajuste Possível - Limite Prudencial</b>        | <b>14,10%</b>        |
| <b>Reajuste Possível - Limite Máximo</b>            | <b>20,10%</b>        |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Prudencial</b> | <b>16.407.966,45</b> |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Máximo</b>     | <b>23.397.197,51</b> |

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1 Quadrimestre  
Elaboração DIEESE

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E POSSIBILIDADES DE REAJUSTE

### PARA O SINDSEMP

#### ENTE DE GOVERNO: MINISTÉRIO PÚBLICO

O último relatório de Gestão Fiscal publicado pela Administração demonstra que o Gasto de Pessoal e Encargos em relação a Receita Corrente Líquida está em 1,67%.

Trabalhando-se com o limite prudencial da lei de Responsabilidade Fiscal, é possível constatar que a Administração pode aumentar seus gastos com pessoal em até 14,10% no corrente ano, ou em R\$ 16.407.966, sem ferir a legislação.

A tabela abaixo demonstra os resultados obtidos segundo as informações disponíveis.

### Possibilidade de reajuste linear considerando os limites fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal

SINDSEMP - Ente: Ministério Público

| Ítem  | 2017                 |
|---|----------------------|
| Receita Corrente Líquida                            | 6.989.231.059,41     |
| Gasto com Pessoal                                   | 116.387.423,68       |
| % Comprometido                                      | 1,67%                |
| Limite Prudencial (95% Limite Máximo)               | 132.795.390,13       |
| Limite Máximo 2,0%                                  | 139.784.621,19       |
| <b>Reajuste Possível - Limite Prudencial</b>        | <b>14,10%</b>        |
| <b>Reajuste Possível - Limite Máximo</b>            | <b>20,10%</b>        |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Prudencial</b> | <b>16.407.966,45</b> |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Máximo</b>     | <b>23.397.197,51</b> |

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3 Quadrimestre  
Elaboração DIEESE

## **Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)**

### **Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)**

#### **Dados informados**

Data inicial 02/2009

Data final 12/2018

Valor nominal R\$ 1.105,55 ( REAL )

#### Dados calculados

Índice de correção no período 1,7420883

Valor percentual correspondente 74,2088300 %

Valor corrigido na data final R\$ 1.925,97 ( REAL )